



ESCOLA DE
HUMANIDADES

CIVITAS

Revista de Ciências Sociais

Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política

Civitas 25: 1-12, jan.-dez. 2025

e-ISSN: 1984-7289 ISSN-L: 1519-6089

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.46232>

ARTIGOS

Para além da superfície: sobre o conceito de Sistema Internacional

Beyond the surface: on the International System concept

Más allá de la superficie: sobre el concepto de Sistema Internacional

João Henrique Salles

Jung¹

orcid.org/0000-0001-9234-6866

joao.jung@pucrs.br/joaojung@usp.br

Recebido em: 15 maio 2024.

Aprovado em: 20 jan. 2025.

Publicado em: 10 jun. 2025.

Resumo: Há uma sobrevalorização do conceito de Sistema Internacional enquanto forma de descrever o nível de análise sistêmico das relações internacionais, o que remete a um uso superficial do termo, muitas vezes colocando-o como sinônimo do próprio campo de estudos - ou de uma pretensa estrutura deste. Este artigo visa discutir a noção de Sistema Internacional, de modo a apresentar seus elementos constitutivos e quais são as correntes teóricas que o utilizam. A partir de tal empreendimento, aponta-se a adequabilidade limitada que tal conceito possui frente às múltiplas demandas de análise das relações internacionais e conclui-se que reificar tal conceito sucumbe a uma deficiência teórica e, respectivamente, à falência analítica.

Palavras-chave: Sistema Internacional. Teoria das Relações Internacionais. Política Internacional.

Abstract: The International System as concept is overvalued as a way of describing the systemic level of analysis of international relations. This leads to a superficial use of the term, often placing it as a synonym for international relations itself or even for a supposed structure of international relations. This article therefore aims to discuss the concept of the international system, in order to present its constituent elements and the theoretical currents that use it. It points to the limited suitability of the notion of the international system in the face of the multiple demands for analysis of international relations; it concludes that reifying this concept succumbs to a theoretical deficiency and, respectively, analytical failure.

Keywords: International System. International Relations Theory. International Politics.

Resumen: El concepto de Sistema Internacional es sobre valorizado como forma de describir el nivel sistémico de análisis de las relaciones internacionales. Esto conduce a un uso superficial del término, que a menudo lo sitúa como sinónimo de las propias relaciones internacionales o incluso de una supuesta estructura de las relaciones internacionales. Por ello, este artículo pretende discutir el concepto de Sistema Internacional, con el fin de presentar sus elementos constitutivos y las corrientes teóricas que lo utilizan. Señala la idoneidad limitada de la noción de Sistema Internacional frente a las múltiples exigencias del análisis de las relaciones internacionales; concluye que la reificación de este concepto sucumbe a una deficiencia teórica y, respectivamente, a un fracaso analítico.

Palabras clave: Sistema Internacional. Teoría de las Relaciones Internacionales. Política Internacional.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Porto Alegre, RS, Brasil.

Introdução

Há uma série de interpretações a respeito da forma com a qual o âmbito internacional é imaginado. Destarte, aponta-se que este artigo trata de como é referido conceitualmente o espaço das relações internacionais, o qual pode ser inicialmente compreendido como a junção de estrutura, processos e atores que o compõem. Em alusão a David Singer (1961), trata-se aqui do *nível de análise* das Relações Internacionais.² É possível falar, por exemplo, sobre um *Sistema Internacional* (Singer 1961; Waltz 1959; Waltz 1979), uma *Sociedade Internacional* (Bull 1966; Watson 2004), um *Sistema Mundo* (Braudel 1984; Wallerstein 1974), uma *Sociedade Mundial* (Buzan 2018; Jung e Oliveira 2023), entre outras possibilidades. Autores como Wight (1991) e Watson (2004), além de Buzan e Little (2000), analisam mais de uma delas em perspectiva comparada.

O artigo aqui em voga busca analisar o primeiro conceito supracitado, o de *Sistema Internacional* – a isso se dedica, exclusivamente, a primeira seção deste trabalho. Desse modo, aponta-se o problema central desta pesquisa: como é representado o espaço no qual ocorrem as relações internacionais? A hipótese levantada é de que há uma sobrevalorização da noção de *Sistema Internacional*, que parte do seu lugar enquanto conceito para se tornar um sinônimo do espaço internacional. De cunho eminentemente teórico-conceitual, este trabalho aponta os problemas intelectuais no campo das Relações Internacionais a partir da confirmação de tal hipótese.

Na segunda seção, quando exaurida a noção de *Sistema Internacional*, serão abordadas possibilidades distintas para a compreensão do espaço das relações internacionais. Tais diferentes conceituações fundamentam-se em perspectivas teóricas distintas. Compreende-se, enfim, que o imaginário do espaço no qual ocorrem as relações internacionais reflete preferências teóricas profundas, sendo a escolha do conceito utilizado algo central para dar voz ou silêncio às temáticas

passíveis de serem discutidas e analisadas nas relações internacionais. Não há neutralidade no uso de *Sistema Internacional* – ou de qualquer outra conceituação – como lugar das relações internacionais.

Sobre o *Sistema Internacional*: de nível de análise a sinônimo do espaço internacional

Há uma tendência à obscuridade teórica e conceitual nas Relações Internacionais. De modo oposto àquilo que Max Weber (2011) apontava sobre algo prioritário à ciência – a clareza –, os estudos sobre a política internacional são atravessados de noções reificadas graças a uma lacuna metateórica em tal campo (Walker 1989). Ainda, como aponta Stephen Walt (2005), há um desincentivo à produção teórica nas Relações Internacionais, sendo fomentados trabalhos de cunho prático/empírico. Aos termos constantemente utilizados, como poder, balança de poder, estado, entre outros, são atribuídos múltiplos significados em uma perspectiva “*all inclusive*”; *sistema* é um desses conceitos (Goodman 1965, bem como, de forma ainda mais elástica, *Sistema Internacional*. Obras como a de Hans Morgenthau (2003) são um bom exemplo de como os termos supracitados são utilizados sem muita atenção conceitual.

Ao se ter em vista a natureza do objeto de estudos central das Relações Internacionais – o comportamento dos estados em suas múltiplas interações com seus pares –, David Singer (1961) aponta que o (I) *Sistema Internacional* e (II) os subsistemas nacionais são os dois principais níveis de análise desse campo de estudos. Em ambos os níveis, está uma perspectiva sistêmica da análise internacional, a qual é defendida por Waltz (1979, cap. 4) como a mais cara às Relações Internacionais, em crítica àquilo que ele denomina de perspectivas reducionistas – ou seja, qualquer coisa abaixo do nível do *Sistema Internacional*. Tanto Singer (1961) quanto Waltz (1959; 1979) partem da concepção mais ampla sobre o papel dos sistemas nas ciências sociais

² Percebe-se a mista grafia entre Relações Internacionais e relações internacionais. De modo convencionado, tem-se que a primeira se refere ao campo de estudos, à esfera acadêmica; a segunda representa a esfera prática das relações entre os diferentes atores internacionais.

elaborada por Kenneth Boulding (1956). Ainda assim, mantém-se a crítica de Goodman (1965).

Martin Wight (1960) aponta a difícil separação entre ciência política e Relações Internacionais, devendo a segunda se concentrar na *Sociedade de estados*. Em seu artigo, o autor argumenta sobre a pobreza teórica das Relações Internacionais e sua dependência de disciplinas alheias para poder se sustentar epistemicamente. Hoje, com décadas já passadas, é possível argumentar sobre a superação de tal cenário.

A evolução das Relações Internacionais enquanto campo de estudos fez com que, em pouco mais de cem anos de existência, a disciplina alcançasse maturidade e diversidade teórica (Lapid 1989). Vislumbra-se isso na pluralidade de correntes e de pensadores que hoje se dedicam a pensar a política internacional (Halliday 1999). Contudo, como já visto, tais maturidade e desenvolvimento – que se refletem na supracitada diversidade teórica, bem como, no plano prático, na multiplicação das cátedras de Relações Internacionais pelas universidades do mundo – ainda encontram sérias deficiências conceituais.

No que tange à história das ideias desse campo de estudos, a organização através dos *grandes debates* é contestada,³ porém didática para elucidar como avançou a discussão intelectual sobre a política internacional e suas variantes. Importante para o desenvolvimento desta seção é apontar que, na senda do *terceiro grande debate* – também conhecido como *debate interparadigmático* –, ⁴ três grandes paradigmas nas Teorias das Relações Internacionais se evidenciam: (I) o Liberalismo, (II) o Realismo e (III) o Marxismo. Percebe-se que, com a exceção deste último – que remonta à tradição filosófica marxista nascida no

século 19 –, os outros dois grandes paradigmas das Relações Internacionais refletem a solidificação dos pressupostos presentes no *primeiro grande debate*.

Apesar do antagonismo entre ambas as perspectivas dentro do campo das Relações Internacionais – questão pautada pela obra crítica de Edward Carr (2001) publicada em 1939 –, Liberalismo e Realismo irão partilhar de uma mesma concepção central à sua teorização: a noção de *Sistema Internacional*. O *Sistema Internacional* pode ser compreendido como a categoria de análise que corresponde ao nível mais amplo das Relações Internacionais, segundo os paradigmas Liberal e Realista – algo que se evidencia no debate *neo-neo*, travado entre Neoliberalismo⁵ e Neorrealismo. Assim, os processos que adentram o arcabouço semântico das Relações Internacionais tendem a ser percebidos dentro de tal sistema.

A obra de Kenneth Waltz (1959) traz a basilar compreensão das três imagens nas Relações Internacionais: o indivíduo, o estado e o sistema. Mais do que isso, ali está a gênese do Neorrealismo, que se consolidará na década de 1970, com Waltz (1979). Neorrealistas e neoliberais compreendem o *mainstream* das Relações Internacionais, ocupando as cátedras das principais universidades do mundo.⁶ Percebe-se essa influência quando se analisam os manuais de Teoria das Relações Internacionais, normalmente utilizados em cursos de graduação e, consequentemente, responsáveis pela formação epistêmica do aspirante à analista das relações internacionais.

Obras como as de Guimarães (2021), Nogueira e Messari (2005), Sarfati (2005), Jackson e Sorensen (2018), entre outras, são largamente utilizadas

³ Argumenta-se que tal modo de organização intelectual do desenvolvimento das Relações Internacionais enquanto campo de estudos é errôneo. Argumenta-se, ainda, que ele reifica determinadas correntes teóricas em detrimento de outras, conferindo primazia às teorias *mainstream*, como as presentes nos paradigmas Realista e Liberal.

⁴ Em algumas leituras, a expressão *debate epistemológico* é usada para diferenciar tal momento do *primeiro debate* (ontológico) e do *segundo debate* (metodológico). Contudo, esse posicionamento demonstra-se incorreto, pois considera que o *terceiro debate* suscita elementos para muito além da epistemologia – ainda que esta seja um componente central da discussão. Tanto questões ontológicas e metodológicas, resgatando os debates anteriores, quanto axiológicas compõem as diretrizes desse debate, que pode ser, enfim, mais bem compreendido como um *debate interparadigmático*.

⁵ O termo Neoliberalismo possui uma carga semântica ambígua, pois deve-se ter em vista que há um impulso à compreensão econômica dessa corrente. Assim sendo, muitas vezes, prefere-se outra denominação para designar a contribuição dessa perspectiva liberal às Relações Internacionais. As nomenclaturas Neoinstitucionalismo e Liberal Institucionalismo são exemplos disso.

⁶ Kenneth Waltz, já falecido, era professor de Columbia; John Mearsheimer, outro expoente do neorrealismo, é professor da Universidade de Chicago. Por sua vez, Robert Keohane e Joseph Nye, fundadores do Neoliberalismo, ocupam cargos em Princeton e Harvard, respectivamente.

nas disciplinas Introdução às Relações Internacionais e Teoria das Relações Internacionais. Não obstante, primam pelas correntes realistas e liberais. Sarfati (2005, 30), por exemplo, logo no primeiro capítulo, em uma subseção intitulada "O problema do nível de análise em Relações Internacionais", afirma que o *Sistema Internacional* é o nível explicativo do comportamento dos estados. Em Guimarães (2021, 13), logo na introdução, sobre o que é uma teoria das Relações Internacionais para os acadêmicos e políticos, tem-se "um conjunto de conceitos que definem a estrutura material e social do *Sistema Internacional* e como ele funciona".

Isso não é uma crítica às obras ou aos autores supracitados, pois aqueles manuais têm como função sintetizar o que é discutido e aceito no campo teórico das Relações Internacionais, de modo a compilarem e fornecerem as informações produzidas de modo didático aos estudantes que adentram tal universo. Esses livros são citados aqui como uma constatação de que a noção de *Sistema Internacional* impera enquanto mecanismo de compreensão do espaço onde ocorrem as relações internacionais.

Através de Martin Wight (2000), percebe-se que às Relações Internacionais foram legados três tipos de sistemas: (I) o ocidental, (II) o helênico e (III) o chinês. O primeiro baseia-se no reconhecimento de diferentes agentes em um mesmo nível ontológico – o estado – e da sua respectiva soberania; o segundo consistia em uma *Sociedade Internacional*, em que havia o partilhamento de alguns valores em comum; e o terceiro era um sistema centralizador, calcado em relações de vassalagem entre um centro sistêmico e suas periferias. As Relações Internacionais, bem como o modo como elas apreenderam o conceito de *Sistema Internacional*, apoiam-se na primeira tipologia, a ocidental, que se espalhou pela Europa com a Paz de Westfalen (1648), evento que marcou o início das relações internacionais em sua acepção moderna.

Segundo Buzan e Little (1994), existem quatro tipologias possíveis à compreensão de *Sistema Internacional*. A primeira, mais ampla, baseia-se

na ideia de que um *Sistema Internacional* existe quando algum tipo de interação entre diferentes atores deixa marcas na história. A segunda tenta afunilar essa perspectiva e retirar o componente cultural da formação dos sistemas, ou seja, as interações culturais e os processos daí decorrentes não seriam capazes de formar um sistema. A terceira retira, ainda, o componente econômico, argumentando que ao *Sistema Internacional* cabem apenas os processos políticos e militares. Por fim, a proposta de Buzan e Little (1994) consiste em extinguir a ideia de um amplo sistema e compreendê-lo através de diferentes setores. Com isso, não existiria um *Sistema Internacional*, mas sim um sistema político internacional, um sistema militar internacional e um sistema econômico internacional.

Essa concepção de Buzan e Little (1994) é, contudo, secundária quando comparada ao grau de influência intelectual do *Sistema Internacional* no campo das Relações Internacionais. Esse conceito possui como elemento central a *anarquia*. Tanto liberais quanto realistas, inclusive suas subcorrentes, concordam em relação à *anarquia sistêmica*, ou seja, ao fato de que não há um árbitro instituído legitimamente para poder lidar com as divergências no nível do *Sistema Internacional*. É verdade que os liberais vislumbram possibilidades de mudanças que possam levar um dia ao fim dessa anarquia, algo trabalhado por autores como Keohane e Nye (2001), Rosenau e Czempel (2000), entre outros.

Tal anarquia defere que não há um governo no nível sistêmico, algo como um inexistente contrato social internacional. Nessa ausência, os atores internacionais – e aqui, centralmente, os estados – coexistem em um ambiente de mútua desconfiança e competição. Segundo Waltz (1979), os processos travados dentro do *Sistema Internacional* são aqueles de *socialização* e *competição*. Esses termos resultam daquilo que Buzan e Little (1994) denominam *anarcofilia* das Relações Internacionais. O principal fenômeno correlato a tal anarquia é o instituto da *soberania*. Como os estados são soberanos – e apenas através do estatuto da soberania são reconhecidos

pelos seus pares –, nenhum outro agente pode interferir nos seus assuntos internos. Na união de múltiplas soberanias autointeressadas, é que se dá o ambiente das relações internacionais segundo as compreensões realistas e liberais.

Tem-se aqui, então, a caixa de ferramentas mais utilizada para a compreensão das Relações Internacionais, que pode ser resumida da seguinte forma: os diferentes estados, cada um detentor de soberania, socializam entre si em um *Sistema Internacional* anárquico, o qual, por não possuir uma instituição supranacional, é um ambiente para competição e conflito constante entre esses diferentes estados egoístas. Sobre isso, Richard Ashley (1995, 111) se expressa: “Quando o discurso teórico sobre a problemática da anarquia fala sobre um mundo constituído por múltiplos estados e sociedades domésticas, eu devo dizer que é sempre a voz de uma soberania universal que fala”.⁷

A crítica de Ashley (1995) supracitada aponta o fato de que, antes de tudo, a concepção de um *Sistema Internacional* anárquico é uma noção teórica enviesada, a qual, ao fim e ao cabo, serve aos interesses daqueles que engendram tal forma de compreender o ambiente internacional. É aquilo apontado de modo paradigmático por Robert Cox (1986) como a junção de poderes materiais e normativos realizada por alguns atores, os quais se pretendem universais e colocam uma forma pretensamente certa de compreender as Relações Internacionais. A célebre formulação do autor (Cox 2000, 1539) deve estar presente como um alerta: “a teoria é sempre para alguém e para algum propósito. Todas as teorias possuem uma perspectiva.”⁸

O livro de Buzan e Little (2000) aponta que a ideia de *Sistema Internacional* é passível de muitas críticas – às quais serão dadas maior atenção em breve –, a começar pelo fato de que não há uma compreensão unânime de seu significado. Isso se dá pela deficiência teórica de correntes como as liberais e as realistas, que não consideram

fenômenos históricos e reduzem os constructos intelectuais a meras ferramentas para a análise internacional, algo característico dessas formulações teóricas, compreendidas como *teorias de resolução de problemas*.⁹

Os atores das Relações Internacionais atuam, enfim, dentro desse sistema, que os conectam em uma rede de contato constituída por uma série de processos. Até o *debate interparadigmático*, os principais agentes das Relações Internacionais – por vezes vistos como os únicos – são os estados-nação. Apesar do enfoque que a perspectiva Liberal aplica ao indivíduo – algo que advém do Liberalismo *lato sensu* –, o seu nível de análise concentra-se no estado. De modo semelhante, apesar de o Realismo Clássico enfatizar o indivíduo enquanto explicação da anarquia sistêmica no estado de natureza, são os estados que detêm a primazia da agência na política internacional.

Deve-se ter em vista, contudo, o quão problemático é apontar uma sistematicidade àquilo que se refere à interação entre os atores internacionais. Uma série de críticas podem ser dirigidas ao tratamento da esfera internacional nesses termos, a começar pelo caráter estático e a-histórico que tal entidade exerce. Ainda, a compreensão do *Sistema Internacional* enquanto uma estrutura imutável tende a relegar os agentes a um *status* secundário, limitados perante as capacidades que essa estrutura possibilita a eles exercer. Por fim, relacionado aos dois pontos anteriores, está o caráter mecânico imputado às relações entre os agentes internacionais, pois tal sistematicidade pressupõe um movimento uniforme e padronizado. Desse modo, sintetizam-se quatro críticas centrais à compreensão de *Sistema Internacional*: (I) o estadocentrismo, (II) a a-historicidade, (III) a imutabilidade e (IV) a mecanicidade (Ashley 1995; Buzan e Little 1994; Der Derian 1995; Halliday 1999; Linklater 2000; Walker 1989).

Compreendida em sua gênese como sinônimo de relações interestatais, as Relações Internacionais se difundem na análise de como se dá o com-

⁷ “When theoretical discourse on the anarchy problematique speaks of a world consisting of multiple states and domestic societies, I shall say, it is always the voice of such a universal sovereign that it speaks.” Traduzido pelo autor.

⁸ “Theory is always for someone and for some purpose. All theories have a perspective.” Traduzido pelo autor.

⁹ Problem-solving theories.

portamento de estados no âmbito global. Desse modo, o estado é tradicionalmente compreendido como o ator primário desse campo de estudos, excluindo-se uma infinidade de outros agentes que influenciam o ambiente internacional. Uma mudança em relação a isso só ocorre a partir do *terceiro debate teórico*, quando questões de *agência* e *estrutura* surgem para demonstrar uma maior pluralidade na prática das relações internacionais.

No que tange à a-historicidade, tem-se o *Sistema Internacional* como um *fato dado*, conforme compreendido pelas principais correntes teóricas das Relações Internacionais. Tal questão concede a essa entidade um caráter transcendental, que ultrapassa as balizas da história política e social. A crítica de Fred Halliday (1999) dirigida à compreensão de *Sistema Internacional* incorporada pelo Neorrealismo refere-se àquilo que o autor denomina *sistema sem conteúdo*. A ausência de conteúdo se dá, justamente, pela concepção metafísica de sistema: um fato dado que não compreende a historicidade de sua formação.

Ai reside um dos maiores distanciamentos em relação à noção de *Sociedade Internacional*, a qual será vista com mais detalhes na seção seguinte. Enquanto uma ferramenta analítica, a noção de *Sistema Internacional* ignora os elementos históricos e sociológicos de sua própria formação. Como aponta Kenneth Waltz (1979), o pai do Neorrealismo nas Relações Internacionais e, consequentemente, um dos principais pensadores sob um prisma sistêmico, nas Relações Internacionais existem dois diferentes tipos de teorias: (I) as reducionistas e (II) as sistêmicas.

Defende Waltz (1979) que as teorias reducionistas são pobres e não fariam parte das Relações Internacionais, mas sim estariam alicerçadas em perspectivas outras, como a das Ciências Políticas. O analista internacional tem como foco a análise do sistema, sendo outros níveis das Relações Internacionais – o Estado, o mercado, os indivíduos etc. – objeto de outros campos de estudos.

É por essa bitolação em relação a compreensões para além do sistema que Fred Halliday (1999, 47) critica Waltz: "sua análise é a-histórica, no sentido de que toma como trans-históricas,

ou permanentes, características do sistema que são produto de fases distintas e específicas das relações internacionais". Trata-se do que Buzan e Little (2000) apontam como a essencialização da política internacional promovida pelo Neorrealismo. Mais do que ao Neorrealismo, essa é uma crítica aplicável a todas as correntes que concebem o *Sistema Internacional* como espaço onde se desenrolam os processos das relações internacionais.

A essencialização remete à imutabilidade, ou seja, tem-se uma compreensão estrutural rígida, que não é perpassada por uma dialética entre agente e estrutura. Entende-se "suprasumido" aqui o caráter a-histórico anteriormente abordado, pois aquilo que não é submetido ao crivo da análise histórica torna-se imutável a partir do discurso. A sociologia histórica visa compreender o modo pelo qual as estruturas contemporâneas foram formadas, tendo autores como Charles Tilly, Immanuel Wallerstein e Michael Mann constituindo-se referências no universo intelectual das Relações Internacionais.

A obra desses autores visa, justamente, desessencializar os conceitos das relações internacionais e colocá-los dentro de uma compreensão espacial e temporal que explique sua manifestação no mundo político internacional. A ênfase na análise conjuntural e na antecipação de cenários criou barreiras à intelectualidade das Relações Internacionais, haja vista a preocupação com o passado. Nesse quesito, a mera apreensão da história europeia serviu como base histórica a tal campo de estudos.

A crítica ao eurocentrismo das Relações Internacionais é vasta, mas, para além dos problemas normativos presentes, legitimamente debatíveis no campo das Relações Internacionais, há um problema analítico quando se formata uma concepção de presente e futuro através de uma má compreensão do passado – ou pelo menos de apenas parte deste. Aponta Ashley (1995) que o problema intelectual das Relações Internacionais é o fato de elas terem sido concebidas à imagem e semelhança do modelo político, econômico e social europeu, reificando conceitos como os de

soberania, anarquia, entre outros. Ao a-historicismo e à decorrente essencialização de premissas que levam a uma espécie de *ceteris paribus*¹⁰ nas Relações Internacionais soma-se o problema da mecanicidade. A própria noção de sistema, nas Ciências Sociais como um todo e ainda além, remete a uma noção de mecanicidade, a uma estrutura autômata dos processos em questão; no caso, processos referentes à política internacional. Em John Ruggie (2000), há uma crítica ao equilíbrio de poder, conceito caro àqueles que concebem um *Sistema Internacional* anárquico, devido ao seu caráter mecânico. Mais ainda, critica-se a fraca compreensão de fenômenos como o transnacionalismo e outros que refletem mudanças nas relações internacionais. Diante do estadocentrismo e da imutabilidade, compreender os novos temas das relações internacionais se torna difícil ao se valer da noção de *Sistema Internacional*.

O equilíbrio de poder seria, na concepção realista, a única forma confiável de conceber ordem dentro das relações internacionais (Waltz 1979), visto que consiste em uma regulação oriunda do próprio interesse egoísta dos Estados. Há aí uma perspectiva metafísica, a partir da qual os atores internacionais automaticamente realizam alianças e se reorganizam nesses acordos para impedir que um *hegemon* seja criado. Como um jogo entre balanças – e balança de poder é um sinônimo para equilíbrio de poder –, desconsideram-se a agência dos diferentes Estados e seus interesses difusos em via de unificar essa diversidade em uma mecânica da política internacional. Até mesmo Keohane e Nye (2001), pais do liberalismo internacional – que recebeu forte influência realista – admitem que explicações racionalistas tendem a cair no problema da mecanicidade.

No que tange a algum dos pontos supracitados, as importantes obras de Alexander Wendt (1987; 1995) argumentam tanto sobre o problema do conceito de anarquia trabalhado nas Relações Internacionais – dada a sua reificação – quanto sobre a dificuldade em compreender a capacidade de agência dos atores internacionais dentro de

uma estrutura rígida, conforme a pautada pelo *Sistema Internacional*. De acordo com Andrew Linklater (2000), noções como *sistema* e *Estado* são reificadas nas Relações Internacionais, criando canais de inclusão e exclusão que remetem aos autores enquadrados ou não nas tipologias postas.

Mais do que isso, o autor ressalta a necessidade de uma reconstrução sociológica, praxeológica e normativa nas Relações Internacionais, com críticas aos conceitos supracitados e uma nova compreensão sistêmica, que inclua os indivíduos (Linklater 2000). Tais argumentos, baseados no pensamento de Jürgen Habermas (2001; 2012) e apreendidos em trabalhos como os de Jung e Oliveira (2023), remetem a noções como a de *Sociedade Mundial*, a qual consegue superar – pelo menos no nível teórico – o a-historicismo, o estadocentrismo, a imutabilidade e a mecanicidade do *Sistema Internacional*.

Ainda, em Jung (2020) tem-se uma forte crítica à compreensão do *Sistema Internacional* como nível de análise das Relações Internacionais *par excellence*, como pretendem as teorias mais tradicionais. Em um argumento que resgata tanto as críticas oriundas de outras correntes das Relações Internacionais quanto a Filosofia Política, aponta-se que há uma falência lógica na concepção de *Sistema Internacional*. Resgatando-se o silogismo hegeliano¹¹ e suas diferentes formulações, apreende-se que o conceito de *Sistema Internacional* atua como um *ser-em-si* que se determina como *ser-para-si*. Essa concepção autocentrada do *Sistema Internacional* cria um déficit analítico – e normativo, apesar de isso não ser do interesse dos neorrealistas –, pois, se apontado como mediador das diferentes imagens das relações internacionais, como defende Kenneth Waltz (1959), não consegue “suprassumir” a particularidade e a singularidade representadas pelas demais imagens.

Enfim, além do déficit normativo intrínseco à ideia de um *Sistema Internacional*, há, também, um profundo déficit analítico. Como visto, o a-historicismo, a imutabilidade e a mecanicidade do

¹⁰ Expressão latina utilizada em larga escala nas Ciências Econômicas, cujo significado é “tudo o mais constante”.

¹¹ Recurso lógico de origem aristotélica que compõe o desenvolvimento do eixo da lógica em Hegel.

conceito de *Sistema Internacional* levam ao fato de que este não compreende bem as dinâmicas dos processos travados dentro das relações internacionais, os quais produzem diariamente novos fenômenos e novas formatações da própria ordem internacional. Como ir além, então, do *Sistema Internacional*? É o que será visto na seção a seguir.

Diferentes espaços da política internacional: entre sistemas e sociedades

Ainda que o propósito deste artigo seja destrinchar o conceito de *Sistema Internacional*, apontando, centralmente, as suas insuficiências, é mister pontuar algumas outras possibilidades hermenêuticas do espaço internacional. Nesse sentido, as noções de *Sociedade Internacional*, *Sistema Mundo* e *Sociedade Mundial* serão aqui sinalizadas para auxiliar o leitor que busca se aprofundar em outros modos de compreender o espaço em que se desenvolvem as relações internacionais.

A ideia de *Sociedade Mundial* aparece desde a gênese do pensamento cosmopolita, corrente que remete à escola cínica do século 4 a.C. e se desenvolve com maior vigor a partir dos estoicos, no século 1 d.C. Devido à dispersão histórica, geográfica e, enfim, intelectual, não há uma corrente específica que se identifique com tal concepção, bem como não é possível colocá-la dentro de um dos *grandes debates teóricos das Relações Internacionais*. A *Sociedade Mundial* absorve elementos de uma série de correntes, a começar pelo Idealismo – que pode ser considerada a primeira teoria das relações internacionais. Preocupa-se, aqui, com a condição do indivíduo enquanto cidadão global.

Assim, ainda que antiga, a noção de *Sociedade Mundial* tem efeitos muito contemporâneos. Os atuais processos políticos, econômicos, sociais, ecológicos, entre outros, demandam uma compreensão que transcenda o Estado. Nessa égide, Richard Ashley (1995) argumenta que o paradigma da soberania moderna constitui uma discursividade de manutenção do *status quo* que privilegia aqueles que detêm hegemonia. A

análise de Martin Wight (1960) é acurada, pois o seu texto como um todo critica a pobreza intelectual do pensamento político desde sua gênese moderna. Ao mesmo tempo, Ashley (1995) indica que é necessário transcender o paradigma da soberania tradicionalmente compreendido em via de se conceber uma realidade internacional que transcenda o medo e o conflito. Mais do que isso, Ashley (1995) argumenta que o paradigma da soberania não existe enquanto algo *em-si*, mas sim foi construído através da temporalidade dos eventos.

Dentro das Teorias das Relações Internacionais, tal debate é sintetizado na concepção de *Sociedade Mundial*, trabalhada, principalmente, a partir da Escola Inglesa e da Teoria Crítica (Jung e Oliveira 2023). Em Jung e Oliveira (2023), a discussão é destrinchada, incluindo seus respectivos efeitos para a promoção das ideias de *pluralismo* e *solidarismo* nas Relações Internacionais, concepções lançadas por Hedley Bull (1977) e centrais para se refletir sobre a *Sociedade Mundial* – e internacional.

Através do pluralismo, há, por exemplo, uma síntese entre as particularidades das crenças morais, religiosas e filosóficas de determinados grupos e o universal do reconhecimento da legitimidade de tais crenças, mesmo por aqueles que não são adeptos delas. Em contrapartida, esse reconhecimento é mútuo, e os particulares reconhecem as particularidades uns dos outros. Percebe-se que existem elementos universais compartilhados dentro desse contexto, e o Cosmopolitismo só é possível em sua forma esperada quando há tal universalismo. Mas, afinal, como estabelecer alguns princípios universais que sejam amplamente aceitos pelos diferentes atores das relações internacionais? Esse é o desafio da *Sociedade Mundial*, concepção teórica que demanda a pressuposição de certos universais dentro da influência intelectual cosmopolita.

De modo a dialogar com a *Sociedade Mundial*, mas com um projeto menos ambicioso, a ideia de *Sociedade Internacional* surge como forma de aprimorar o *Sistema Internacional*, em via de suprir alguns déficits que uma noção meramente

sistemática das Relações apresenta (Bull 1966). A Escola Inglesa é a corrente teórica responsável por legar esse conceito à compreensão da política internacional, fenômeno ocorrido a partir daquilo que é possível compreender como o *segundo debate teórico das Relações Internacionais*. Dotada de uma compreensão histórica e filosófica, a *Sociedade Internacional* traz uma série de ganhos intelectuais ao estudo da política internacional.

A *Sociedade Internacional* surge com o intuito de fornecer uma melhor conceituação a um espaço internacional visto como estéril. A deficiência normativa do *Sistema Internacional*, implicando um cenário que meramente posiciona os diferentes atores das relações internacionais – sem considerar questões axiológicas na organização deles – é o principal ponto de partida da crítica à *Sociedade Internacional*. Esse conceito nasce no seio da Escola Inglesa, corrente teórica das Relações Internacionais que protagoniza o *segundo debate teórico*, em contraposição ao *behaviorismo*, uma tradição importada das Ciências Sociais pelas Relações Internacionais na intenção de garantir cientificidade ao estudo da política internacional. Trata-se, portanto, de um debate metodológico.

Com influência na história, na sociologia e na filosofia, a *Sociedade Internacional* possui uma dimensão social ao compreender que a relação entre os Estados constitui processos análogos aos de atores sociais. Nesse avanço analítico, o qual entende que o relacionamento entre os Estados tem uma dimensão *positiva* – ou seja, que produz algo – e que ela se encontra justamente no resultado dos processos constituídos pelo diálogo interestatal, dotam-se as Relações Internacionais de um conteúdo *em-si*. Concebe-se, assim, uma possibilidade intersubjetiva, ainda que limitada, à política internacional, a qual cria dimensões ao desenvolvimento tanto prático quanto teórico das Relações Internacionais.

Compreendendo as trocas entre os atores – que ainda se mantêm como Estados – através de um prisma social, questões de cooperação e conflito tornam-se mais complexas. A mecânica do *Sistema Internacional* transforma-se

em um espaço social dinâmico, influenciado pela agência dos Estados, que criam disposições entre si. Contudo, a *Sociedade Internacional* não abandona por completo a noção de *Sistema Internacional*, pois aquela seria uma forma de aprimoramento desta.

Uma obra-chave para compreender o que constitui a *Sociedade Internacional*, apesar de não ter sido a primeira sobre o tema, é *A evolução da Sociedade Internacional*, de Adam Watson (2004). Nesse livro, mostra-se, desde o Império Sumério, como sistemas são formados a partir da relação entre os diferentes tipos de organizações políticas – impérios, cidades-Estados, tribos, entre outros. É realizada uma espécie de genealogia das diferentes relações históricas travadas entre entidades políticas, visando analisar como essas conexões se davam e de que modo sociedades e sistemas eram criados.

Em suma, a tese desenhada é a de que o aprimoramento na relação entre os diferentes agentes leva à evolução de um Sistema a uma Sociedade. Ou seja, a *Sociedade Internacional* demanda, previamente, um *Sistema Internacional*. A diferença é que, enquanto o *Sistema Internacional* é carente de normas e leis, configurando, assim, o espaço hobbesiano por excelência – o de guerra generalizada –, a *Sociedade Internacional* seria a efetivação da racionalidade no ambiente internacional (Wight 1991). Por essa razão, a Escola Inglesa encontra em juristas racionalistas, como Hugo Grotius e Samuel Pufendorf, suas principais referências.

É importante compreender que a *Sociedade Internacional* não se apresenta como um conceito totalmente novo através da Escola Inglesa das Relações Internacionais, mas sim como algo apreendido a partir das contribuições de Hugo Grotius (2004). Isso se faz evidente tanto em Bull (1966) quanto em Wight (1991). Essencialmente, tem-se um avanço em relação aos idealistas, os quais pensam que apenas a criação de valores comuns, em via de criar uma moral universal, seria capaz de trazer a paz entre os povos. Nesse ponto está justamente o choque entre as noções de *Sociedade Mundial* e de *Sociedade Internacional*.

Por fim, a noção de *Sistema Mundo* emerge da abordagem marxista nas Relações Internacionais (Wallerstein 1974), corrente que, enquanto paradigma, consiste em uma das principais possibilidades teóricas desse campo de estudos a partir daquilo que se compreende como o *terceiro debate teórico das Relações Internacionais* (Lapid 1989; Halliday 1999). O Marxismo, bem como seu quadro teórico para interpretação das Relações Internacionais – o *Sistema Mundo* –, evidencia as interações assimétricas entre os diferentes atores internacionais, demonstrando como o mundo se organiza através de uma divisão internacional do trabalho desigual, a qual compreende, em termos gerais, um *centro*, uma *semiperiferia* e uma *periferia* globais.

O *Sistema Mundo* é, com efeito, dividido entre aqueles países especializados em produzir bens primários e aqueles produtores de bens manufaturados. A partir desse fenômeno, elabora-se a divisão internacional do trabalho. Immanuel Wallerstein dedica três volumes de livros para compreender tal processo, desenvolvendo o Marxismo nas Relações Internacionais a partir da década de 1970. Seu primeiro tomo (Wallerstein 1974) resgata as origens da economia europeia do século 16, a qual irá estruturar o sistema capitalista vigente a partir de então – objeto de discussão dos dois volumes posteriores.

Enquanto espaço no qual a vida internacional se desenvolve, o *Sistema Mundo* refere-se, enfim, à concepção de que há um sistema econômico, o Capitalismo, por meio do qual o mundo todo está interligado. Ou seja, ao contrário de ideias como primeiro, segundo e terceiro mundos – em voga na época da formulação do *Sistema Mundo* –, há apenas um mundo, pois todos os países estão conectados pelo Capitalismo, mesmo aqueles que no âmbito interno não aderem a tal sistema.

O que diferencia o *Sistema Internacional* – como compreendido pelas principais correntes das Relações Internacionais – e o *Sistema Mundo* defendido pelo Marxismo é a *causa sui*. Enquanto o primeiro enfatiza a ordem política

enquanto geradora do sistema, o segundo enfoca a ordem econômica. Se de um lado há autores como Morgenthau (2003) e sua defesa que as relações internacionais são sinônimas de política internacional, do outro há Wallerstein (1974) e a ideia de que é a economia internacional que dita os rumos das relações interestatais.

Esta seção se desenvolveu no intuito de demonstrar que o conceito utilizado para a compreensão do espaço da política internacional é o núcleo a partir do qual diferentes correntes teóricas desse campo de estudos irão se desenvolver. A importância dos conceitos está bem expressa na seguinte passagem de Buzan e Little (1994, 247): “O modo como alguém define os sistemas internacionais é o mesmo que este utiliza para definir as relações internacionais enquanto disciplina”.¹²

O *Sistema Internacional* tornou-se praticamente sinônimo de Relações Internacionais, pois refere-se ao espaço no qual uma série de interações acontecem entre os diversos agentes internacionais; contudo, é meramente a categoria analítica que designa o ambiente internacional a partir da experiência europeia (Buzan e Little 1994), a mesma que inspirou aquilo que é conhecido como o *primeiro debate teórico das Relações Internacionais*, travado entre Realistas e Idealistas. Tal ideia adentrou a história intelectual das Relações Internacionais e se mantém, até hoje, como a grande referência do espaço internacional (Buzan e Little 2000).

De modo instrutivo, aponta-se a necessidade de refinamento conceitual para a produção de boas análises no campo das Relações Internacionais, algo que deve ser iniciado pelo manuseio adequado do conceito que exprime o espaço da política internacional, o nível de análise mais amplo desta.

Considerações finais

As Relações Internacionais, enquanto campo de estudos relativamente recente, tem crescido e ganhado maturidade intelectual. Sua maior

¹² “How one defines international systems is thus about how one defines international relations as discipline.” Traduzido pelo autor.

presença nas universidades, a pluralidade de correntes teóricas e o crescimento do interesse de aspirantes universitários pela área são resultados de um mundo cada vez mais interdependente, onde os âmbitos políticos e econômicos demandam análises que partam de uma perspectiva global. Contudo, como desenvolvido ao longo do texto, há deficiências ainda a serem superadas.

Sendo a intenção deste artigo discutir o conceito de *Sistema Internacional*, intenta-se deixar claro aquilo que ele é: um conceito entre outros concorrentes, com suas possibilidades e deficiências. Logo, se, por um lado, representou um avanço na compreensão sistêmica das relações internacionais, por outro, recai em problemas como o estadocentrismo, o a-historicismo, a imutabilidade e a mecanicidade. Assim, é uma reificação primária que leva a outras reificações – por exemplo, a forma com a qual a noção de Estado é trabalhada.

Para além da superfície, em alusão ao título, é possível compreender, enfim, que o *Sistema Internacional* não pode ser visto como sinônimo de relações internacionais ou do espaço no qual estas circulam. O próprio nível de análise do sistema possui outros conceitos, e três possibilidades foram brevemente explicadas na segunda seção deste artigo.

Com o trabalho que se conclui aqui, alerta-se ao analista de relações internacionais que o uso da noção de *Sistema Internacional* é válido, contudo revela certas predisposições teóricas do agente. Ciente disso, *Sistema Internacional*, *Sistema Mundo*, *Sociedade Internacional* e *Sociedade Mundial* podem ser utilizados – entre outras finalidades – para designar o nível de análise mais amplo das Relações Internacionais.

Referências

Ashley, Richard. 1995. "The powers of anarchy: theory, sovereignty and the domestication of global life." In *International theory: critical investigations*, organizado por James der Derian. New York University Press.

Boulding, Kenneth. 1956. "General systems theory – the skeleton of science." *Management Science* 2 (3): 197–208. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2.3.197>.

Braudel, Fernand. 1984. *Civilization and capitalism. The perspective of the world*. Vol. 3. Harper & Row.

Bull, Hedley. 1977. *The anarchical society: a study of order in world politics*. Macmillan.

Bull, Hedley. 1966. The grotian conception of international society. In *Diplomatic investigations: essays in the theory of international politics*, organizado por Herbert Butterfield e Martin Wight. Allen and Unwin.

Buzan, Barry. 2018. Revisiting world society. *International Politics* 55 (1): 125–140. <https://doi.org/10.1057/s41311-017-0065-5>.

Buzan, Barry e James Little. 2000. *International systems in world history: remaking the study of international relations*. Oxford University Press.

Buzan, Barry e James Little. 1994. The idea of international system: theory meets history. *International Political Science Review* 15 (3): 231–255. <https://doi.org/10.1177/019251219401500302>.

Carr, Edward. 2001. *Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais*. Editora da UnB.

Cox, Robert. 1986. Gramsci, hegemony and International Relations: an essay in method. In *Gramsci, historical materialism and International Relations*, organizado por Stephen Gill. Cambridge University Press.

Cox, Robert. 2000. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory. In *International Relations: critical concepts in political science*, organizado por Andrew Linklater. Routledge.

Der Derian, James. 1995. A reinterpretation of realism: genealogy, semiology, dromology. In *International theory: critical investigations*, organizado por James Der Derian. New York University Press.

Goodman, Jay. 1965. The concept of 'system' in International Relations Theory. *Background* 8(4):257–268. <https://doi.org/10.2307/3013730>.

Grotius, Hugo. 2004. *O direito da guerra e da paz*. Editora Unijui.

Guimarães, Feliciano de Sá. 2021. *Teoria das Relações Internacionais*. Editora Contexto.

Habermas, Jürgen. 2001. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. Littera Mundi.

Habermas, Jürgen. 2012. *Sobre a constituição da Europa: um ensaio*. Editora Unesp.

Halliday, Fred. 1999. *Repensando as Relações Internacionais*. Editora da Ufrgs.

Jackson, Robert e Georg Sorensen. 2018. *Introdução às Relações Internacionais*. Editora Zahar.

Jung, João. 2020. A insuficiência lógica nas três imagens de Kenneth Waltz: uma crítica através do silogismo hegeliano. *Opinião Filosófica* 11 (1): 1–13. <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v11i1E.912>.

Jung, João e Nythamar de Oliveira. 2023. Beyond International Society: The World Society idea from the english school to critical theory. *Contexto Internacional* 45 (2): 1-23. <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.20234502e20220011>.

Keohane, Robert e Joseph Nye. 2001. *Power and interdependence: world politics in transition*. Little, Brown and Co.

Lapid, Yosef. 1989. The third debate: on the prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly* 33 (3): 235-254. <https://doi.org/10.2307/2600457>.

Linklater, Andrew. 2000. The question of the next stage in International Relations theory: a critical-theoretical point of view. In *International Relations: critical concepts in Political Science*, organizado por Andrew Linklater. Routledge.

Morgenthau, Hans. 2003. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Editora da UnB.

Nogueira, João P. e Nizar Messari. 2005. *Teoria das Relações Internacionais*. Elsevier.

Rosenau, James e Ernst-Otto Czempiel. 2000. *Governança sem governo*. Editora da UnB.

Ruggie, John. 2000. Territoriality and beyond: problematizing modernity in International Relations. In *International Relations: critical concepts in Political Science*, organizado por Andrew Linklater. Routledge.

Sarfati, Gilberto. 2005. *Teoria das Relações Internacionais*. Saraiva.

Singer, David. 1961. The level-of-analysis problem in International Relations. *World Politics* 14 (1): 77-92. <https://doi.org/10.2307/2009557>.

Walker, Rob. 1989. History and structure in the theory of International Relations. *Millennium: Journal of International Studies* 18 (2): 163-183. <https://doi.org/10.1177/03058298890180020601>.

Wallerstein, Immanuel. 1974. *O sistema mundial moderno. A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século 16*. Vol. I. Editora Afrentamentos.

Walt, Stephen. 2005. The relationship between theory and policy in International Relations. *Annual Review of Political Science* 8: 23-58. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.7.012003.104904>.

Waltz, Kenneth. 1959. *Man, the state, and war: a theoretical analysis*. Columbia University Press.

Waltz, Kenneth. 1979. *Theory of international politics*. Addison-Weasley.

Watson, Adam. 2004. *A evolução da sociedade internacional*. Editora da UnB.

Weber, Max. 2011. *Ciência e política: duas vocações*. Cultrix.

Wendt, Alexander. 1995. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. In *International theory: critical investigations*, organizado por James der Derian. New York University Press.

Wendt, Alexander. 1987. The agent-structure problem in International Relations theory. *International Organization* 41 (3): 335-370. <https://doi.org/10.1017/S002081830002751X>.

Wight, Martin. 2000. De systematibus civitatum. In *International Relations: critical concepts in Political Science*, organizado por Andrew Linklater. Routledge.

Wight, Martin. 1991. *International theory: the three traditions*. Leicester University Press.

Wight, Martin. 1960. Why is there no international theory? *International Relations* 2 (1): 35-48. <https://doi.org/10.1177/004711786000200104>.

João Henrique Salles Jung

Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Porto Alegre, RS, Brasil. Doutor em Filosofia pela FernUniversität in Hagen, Alemanha, em cotutela com a Pucrs. Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.